

## XXIX CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DA UNIÃO EUROPEIA

Saint-Denis de La Réunion, 7 de abril de 2025

Regiões Ultraperiféricas Europeias

Os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia (UE), reunidos na XXIX Conferência na Reunião, sob a presidência de Huguet Bello, Presidente do Conselho Regional da Reunião, adotam a seguinte declaração final:

Num contexto internacional complexo e em constante evolução, marcado por conflitos armados, por fortes tensões geopolíticas, por uma corrida ao armamento e por grandes desafios ambientais, a UE está empenhada em reinventar-se enquanto potência autónoma de modo a poder enfrentar os novos desafios globais, declarando, simultaneamente, a sua vontade de preservar a solidariedade e a coesão entre as suas regiões. Estas são as orientações promovidas pelos relatórios Draghi, Letta e Niinistö, que sublinham a necessidade de um reforço da segurança e da competitividade europeia, e a redução de dependências estratégicas.

As RUP são particularmente sensíveis a estes desenvolvimentos e permanecem vigilantes para que estas novas prioridades europeias e os meios para as concretizar, não comprometam o apoio e o espírito de solidariedade de que beneficiam historicamente, tendo em conta as suas especificidades, reconhecidas no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE).

A Conferência :

- ✓ PERMANECE confiante na resiliência da UE, na sua capacidade de encontrar soluções adequadas e na sua ambição de desempenhar um papel de liderança à escala internacional;
- ✓ RECORDA que a cumulação e persistência de constrangimentos específicos à Ultraperiferia não são comparáveis aos de qualquer outra região europeia tal como reconhecido pelo Tratado e, REAFIRMA a necessidade de manutenção de um tratamento diferenciado para as RUP, através da aplicação integral das disposições do artigo 349.º do TFUE em todas as políticas europeias;
- ✓ CONSIDERA que a abordagem regional continua a ser fundamental para as RUP que são as regiões mais distantes e isoladas da UE;
- ✓ REITERA a necessidade de avaliações de impacto específicas e sistemáticas que permitam avaliar e melhor adaptar as políticas europeias ao contexto da Ultraperiferia, em parceria com estas regiões;
- ✓ RECORDA que, pela sua presença em diversos oceanos e continentes, as RUP conferem à Europa uma dimensão planetária e o maior território marítimo do mundo. A sua posição geoestratégica constitui um grande ativo para a UE, nomeadamente em termos de codesenvolvimento regional nas bacias do Atlântico, da Amazónia, das Caraíbas e do Índico;

- ✓ APELA a que as instituições europeias tirem pleno proveito das suas realidades geoestratégicas abrindo um diálogo e iniciando um trabalho que as envolva em benefício de toda a Europa;
- ✓ EXPRESSA a sua solidariedade para com Maiote e a Reunião no contexto dos recentes eventos naturais extremos, que evidenciaram as suas fragilidades.

## 1. Manutenção da Solidariedade europeia e adaptação das políticas

### Quadro Financeiro Plurianual pós-2027

A Conferência permanece preocupada com as orientações do quadro financeiro plurianual (QFP) pós-2027, anunciadas como «*mais direcionadas*» e «*mais simples*» de acordo com o ponto de vista da União. Defende, neste contexto, uma adequada e conjunta consideração das RUP, tendo por base a realidade e as características específicas que apenas as RUP partilham no seio da UE, e independentemente do seu nível de desenvolvimento.

Quer se trate dos ciclones Irma, Chido e Garance em St Martin, Maiote e Reunião, dos furacões Lorenzo e Beryl nos Açores e na Martinica, dos incêndios na Madeira, da erupção vulcânica de La Palma nas Canárias, da tempestade Fiona na Guadalupe, da seca ou das chuvas diluvianas na Guiana, sempre que se espera a solidariedade europeia, a União é interpelada e os Estados-membros solicitados.

Crisis climáticas, sanitárias, demográficas, económicas e sociais, fluxos migratórios massivos, guerras, constituem outros tantos choques que afetam duramente as suas populações, aos quais se adicionam os constrangimentos estruturais permanentes da Ultraperiferia.

Neste contexto, a Conferência:

- ✓ MANIFESTA preocupação com as primeiras orientações sobre a arquitetura do QFP;
- ✓ SOLICITA que o QFP não prive as RUP da conceção e da implementação das suas próprias estratégias territoriais para responder às necessidades das suas populações. Uma abordagem descendente arruinaria todos os esforços empreendidos desde há muitos anos por estas regiões para se desenvolver, para criar emprego e para reforçar a sua resiliência;
- ✓ REFUTA qualquer orientação de centralização da gestão dos fundos europeus e de redução dos orçamentos alocados às futuras políticas de coesão e agrícola comum, fundamentais para o desenvolvimento das RUP;
- ✓ APELA a que as RUP beneficiem plenamente do Fundo para a Competitividade tendo em conta as características do seu tecido económico e dos seus ecossistemas de investigação e inovação;
- ✓ SOLICITA a criação de um fundo de resposta às múltiplas crises;
- ✓ CONVIDA a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, a Presidência do Conselho e os Estados-membros a defender um orçamento que tenha em

conta as políticas históricas da UE, assim como o estatuto específico das RUP no seio de cada uma das suas políticas.

### **Política de coesão económica, social e territorial**

Desde há muitos anos, o apoio da política de coesão nas RUP contribuiu, consideravelmente para a melhoria da qualidade de vida das suas populações, dinamiza a sua competitividade e contribui para o desenvolvimento dos seus ativos. Apoiar a convergência das RUP a longo prazo, adotando uma abordagem territorial, demonstra a solidariedade da UE para com as suas regiões mais distantes e isoladas face à Europa continental.

A Conferência:

- ✓ **RECORDA** o seu compromisso para com uma política de coesão reforçada, modernizada, mais simples e mais flexível, dotada de um financiamento sólido para o período pós-2027, mas que não perca os elementos essenciais que sempre a caracterizaram: princípios da parceria, da governação multinível, da subsidiariedade, da gestão partilhada e de uma abordagem territorial;
- ✓ **DEFENDE** a manutenção das dotações específicas para as RUP e as regras de elegibilidade que garantam a plena implementação dos fundos europeus;
- ✓ **RECUSA** que a política de coesão seja desviada dos seus objetivos iniciais, em resposta a crises urgentes;
- ✓ **SUBLINHA** que o princípio de «*não prejudicar a coesão*» deve ser transversal a todas as políticas da UE;
- ✓ **TOMA NOTA** da necessidade de investimento na Europa para colmatar o défice de capacidades e construir uma sólida base industrial de defesa, e **ALERTA** para o facto de que estas prioridades não se podem concretizar à custa da coesão;
- ✓ **DEFENDE** a simplificação dos procedimentos de gestão de fundos e o reforço das capacidades administrativas nas suas regiões;
- ✓ **REITERA** o seu pedido de classificação estatística «NUTS 2» para Saint-Martin à semelhança das restantes RUP, indicador determinante para a intervenção das políticas europeias de desenvolvimento regional;
- ✓ **SOLICITA** que as RUP beneficiem de uma elegibilidade automática a todos os fundos da política de coesão, de acordo com o artigo 349.º do TFUE que enuncia a possibilidade de medidas específicas para fixar as condições de acesso aos fundos.

### **Agricultura e desenvolvimento rural**

A adaptação da política agrícola comum através dos programas POSEI contribuiu para que o setor agrícola das RUP se tornasse mais competitivo, mais sustentável e mais resiliente. Estes programas proporcionaram aos seus agricultores um quadro

mais estável e previsível e reforçaram a sua posição na cadeia de aprovisionamento alimentar dos seus territórios.

A não atualização do orçamento destes programas desde 2007, limita as atividades deste setor, com um impacto particularmente negativo sobre as nossas regiões.

A Conferência :

- ✓ SOLICITA um aumento do orçamento do POSEI e a manutenção da flexibilidade de gestão;
- ✓ INSTA ao restabelecimento da taxa de cofinanciamento de 85% no âmbito do FEADER;
- ✓ APELA à aplicação de normas equivalentes às produções provenientes de países terceiros da UE a fim de
- ✓ apoiar eficazmente os setores agrícolas e de melhorar a soberania alimentar.

### **Dimensão marítima, pesca e aquicultura**

O conjunto das RUP reitera a importância do setor da pesca e da economia azul para o desenvolvimento do seu território e da soberania alimentar, em termos de estruturação da economia e de garantia de um rendimento digno às comunidades costeiras. É necessário apoiar os setores produtivos permitindo-lhes assegurar a renovação da sua frota de pesca, cujas exigências financeiras vêm representando um encargo para as RUP.

A Conferência:

- ✓ ESTÁ SUPREENDIDA com o facto de a sua última posição expressa na declaração final da XXVIII Conferência não ter sido acompanhada de medidas operacionais para o conjunto das RUP, aprisionando-nos num quadro jurídico complexo e ineficaz;
- ✓ REITERA a necessidade de um apoio financeiro da UE à renovação urgente das frotas de pesca das RUP, que permanecem obsoletas, insalubres e sem garantias de segurança para os pescadores. Esta medida é essencial para garantir que as suas pescas, que sempre foram sustentáveis, sejam igualmente resilientes e competitivas;
- ✓ MANTÉM a sua defesa do restabelecimento do POSEI-Pescas no seu quadro inicial no próximo QFP, enquanto programa regional específico e autónomo para tornar a compensação de sobrecustos mais eficiente;
- ✓ RECORDA a sua recente contribuição sobre o futuro Pacto Europeu para os Oceanos, em que solicita a tomada em consideração dos desafios de desenvolvimento das economias das RUP nas respetivas bacias marítimas.



## Conectividade e transportes

As acessibilidades nas RUP, tanto a nível interno como a nível externo, permanecem fundamentais, seja em termos de transportes terrestres, marítimos ou aéreos, seja em termos digitais. Trata-se não apenas de garantir o princípio da livre circulação e de igualdade de acesso às oportunidades de desenvolvimento, mas, sobretudo, de responder às necessidades essenciais das populações das RUP que não dispõem de quaisquer alternativas.

A garantia da regularidade e da fiabilidade dos serviços prestados aos utilizadores, com uma tarifa acessível, continuam a ser grandes desafios. A legislação ambiental não deverá agravar a precariedade da mobilidade e da acessibilidade das RUP.

Permanecem ainda desafios importantes ao nível da autonomia estratégica e da soberania digital, em função do posicionamento geográfico das RUP, o que torna imperativa a implementação de uma rede de cabos submarinos eficiente, mais resiliente e segura.

A Conferência:

- ✓ **RECORDA** a importância dos financiamentos europeus para os investimentos de modernização, de recuperação, de segurança e de descarbonização das infraestruturas de conectividade, incluindo a rede rodoviária, bem como para o seu funcionamento;
- ✓ **SOLICITA** medidas eficazes para fortalecer e aumentar a resiliência das RUP, cujas cadeias de aprovisionamento são claramente mais vulneráveis;
- ✓ **APELA** com insistência à avaliação do impacto da aplicação nas RUP do pacote legislativo «Fit for 55»;
- ✓ **INSTA** à prorrogação e melhoria das isenções para as RUP nos setores do transporte aéreo e marítimo com o horizonte de 2040;
- ✓ **INSISTE** na criação de um programa «POSEI-Transportes» dedicado à conectividade, fora do âmbito dos fundos da política de coesão;
- ✓ **CONVIDA** ao reforço dos investimentos nas infraestruturas digitais estratégicas das RUP, garantindo a acessibilidade, a redundância e a proteção contra ciberameaças.

## Transição ecológica e energética

A Conferência sublinha a importância da transição ecológica nas suas regiões, que são particularmente expostas aos efeitos das alterações climáticas e enfrentam desafios importantes em termos de autonomia energética, por serem isoladas, não interconectadas e fortemente dependentes de energias fósseis.

A Conferência:

- ✓ **INSISTE** que as medidas de transição ecológica devem ter em conta a realidade particular das RUP;

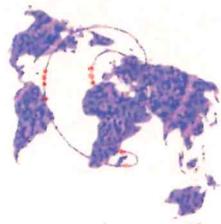
- ✓ SOLICITA que as RUP sejam associadas urgentemente à definição e à implementação dos planos nacionais do Fundo Social para o Clima;
- ✓ APELA ao reforço indispensável da segurança das redes energéticas das RUP, com o mesmo empenho colocado pela UE na segurança das redes energéticas do continente;
- ✓ CHAMA A ATENÇÃO para a necessidade de assegurar o acesso das RUP ao apoio financeiro para desenvolver as capacidades de produção, stockagem e transporte de energias renováveis, incluindo ações de cooperação de investigação e de inovação;
- ✓ INSISTE sobre a importância da Comissão Europeia adotar um quadro regulamentar no seio do Mecanismo Interligar a Europa Energia (MIE Energia) capaz de prever as condições que assegurem uma verdadeira participação das RUP neste programa;
- ✓ SOLICITA uma componente RUP no âmbito da próxima estratégia europeia de resiliência da água.

### Imigração

As RUP, fronteiras externas da Europa, situadas em quatro bacias distintas (Caraíbas, Amazónia, Oceano Índico, Macaronésia) estão sujeitas a um afluxo constante de migrantes irregulares. Aos constrangimentos estruturais das RUP reconhecidos no artigo 349.º do TFUE adicionam-se fluxos migratórios contínuos, que exercem pressões adicionais nas infraestruturas públicas. O seu desenvolvimento económico é tanto mais penalizado quanto são, necessariamente, regiões de acolhimento localizadas na linha da frente da gestão de migrantes que chegam ao território europeu.

A Conferência:

- ✓ EXORTA a que a UE assuma uma responsabilidade e uma solidariedade face aos fenómenos migratórios, impondo repartições entre os Estados-Membros do espaço Schengen;
- ✓ SOLICITA uma atenção particular aos menores não acompanhados através de medidas específicas;
- ✓ RECLAMA a implementação operacional de todos os meios mobilizáveis do Frontex;
- ✓ DEFENDE uma melhor tomada em consideração das tensões migratórias no contexto de algumas RUP nos programas Fundo para a Segurança Interna (FSI) e Fundo para o Asilo a Migração e a Integração (FAMI), nomeadamente no quadro da gestão direta destes fundos, através de uma dotação específica regional.



## Competitividade

A competitividade à escala mundial evolui rapidamente, particularmente à luz das tensões geopolíticas e das crises conjunturais que ocorrem. A prática da concorrência exprime-se diferentemente nas pequenas economias das RUP caracterizadas por um tecido económico vulnerável, uma fraca massa crítica, uma falta de oportunidades de emprego e por sobrecustos permanentes que afetam severamente as empresas que aí operam.

Por outro lado, a situação específica das RUP, distantes e isoladas, com um fraco acesso às redes de cooperação científica e com uma fraca capacidade de atrair investimentos em matéria de investigação e desenvolvimento, limita fortemente o desenvolvimento da investigação e da inovação, apesar dos seus ativos únicos e do seu considerável potencial.

A Conferência:

- ✓ LAMENTA que a nova estratégia para o mercado único não tenha em conta a situação das RUP, bem como a sua projeção na respetiva bacia regional;
- ✓ CONVIDA a Comissão Europeia a inspirar-se no relatório de Pedro Solbes de 2011 cujo diagnóstico e propostas para as RUP permanecem atuais, sobre o que falta fazer na construção do mercado interno;
- ✓ SOLICITA a adoção de medidas simplificadas e adaptadas para as RUP no âmbito do futuro fundo europeu para a competitividade;
- ✓ DEFENDE a manutenção tanto da componente «*Spreading Excellence and Widening Participation*» (*Widening*) no quadro do futuro programa. Horizonte Europa, bem como o acesso das RUP a esta componente, relevante para o reforço das suas capacidades de investigação e de inovação;
- ✓ SALIENTA a importância estratégica dos regimes fiscais das RUP, nomeadamente a Zona Franca da Madeira, o *octroi de mer* e o AIEM.

## 2. Integração nas novas Estratégias da UE e apoio específico

A comunicação relativa à estratégia em favor das RUP de maio de 2022 destaca a importância de apoiar as populações das RUP, reforçando a sua qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento económico e adaptando as políticas europeias de modo a responderem às especificidades destas regiões.

A Conferência:

- ✓ ACOLHE com satisfação a iniciativa da Comissão Europeia de atualizar a estratégia para as RUP num contexto de definição de novas prioridades;
- ✓ ESPERA que esta estratégia, em constante evolução, conduza a propostas concretas para as RUP, preservando o *acquis* das comunicações da Comissão Europeia adotadas desde 2000;
- ✓ ADVOGA um reforço da Unidade RUP no seio da Comissão Europeia, a fim de lhe permitir levar a cabo o seu trabalho ainda com maior sucesso;

- ✓ AGUARDA a organização, pela Comissão Europeia, do próximo FORUM RUP.

Para melhorar as condições de vida das nossas populações, é urgente responder às necessidades fundamentais mais prementes, entre as quais figura a habitação a preços acessíveis tendo em conta a situação social mais degradada nas RUP.

A Conferência:

- ✓ SAÚDA o compromisso da Comissão Europeia em fazer da habitação a preços acessíveis uma nova prioridade e SOLICITA a adoção de medidas específicas para as RUP, onde os níveis de pobreza estão entre os mais elevados da Europa;
- ✓ PROPÕE que as RUP sejam beneficiárias de ações piloto no âmbito das futuras estratégias «anti-pobreza» e «habitação a preços acessíveis»;
- ✓ APELA a ações específicas para fomentar o investimento nas RUP no âmbito da União das Competências, a fim de reduzir o desemprego, nomeadamente dos jovens, favorecer o emprego, reter os talentos, lutar contra o abandono escolar, e promover a inclusão social.

### 3. Reforçar a dimensão geopolítica das RUP

A Conferência sublinha o valor acrescentado que as RUP trazem à UE numa pluralidade de novos domínios, propondo por isso a definição de estratégias específicas relativamente às fronteiras exteriores da UE e a manutenção de programas adaptado às necessidades destas regiões e dos países terceiros parceiros. Estas iniciativas visam reforçar a posição estratégica da UE valorizando as oportunidades económicas das RUP.

A título de exemplo, o contexto geopolítico atual incita a UE a valorizar o espaço como um domínio estratégico para uma União mais forte, melhor equipada e coordenada para fazer face aos novos desafios, defender os seus interesses e reforçar a sua posição estratégica e a sua autonomia.

Neste sentido, as RUP oferecem à UE uma dimensão geoestratégica privilegiada dado que, dispersas nos oceanos Atlântico, Indiano, Mar das Caraíbas e Canal de Moçambique, testemunham o papel importante que podem desempenhar em benefício da UE no seu conjunto, valorizando as oportunidades de diversificação das suas economias.

A Conferência:

- ✓ CONSIDERA indispensável a previsão, no âmbito dos próximos programas INTERREG, de uma componente específica RUP, a integração dos fundos europeus da política externa e a manutenção da flexibilidade para a gestão dos fundos provenientes da política externa;
- ✓ ESPERA a definição de uma política de grande vizinhança, essencial para integrar plenamente as RUP na bacia regional respetiva e aproveitar as novas

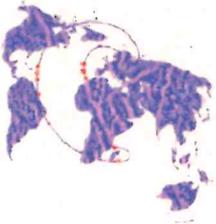
oportunidades de desenvolvimento geradas pelos eixos comerciais emergentes;

- ✓ CONVIDA à tomada em consideração da problemática do isolamento, exacerbada pelos efeitos das catástrofes naturais, adaptando as exigências normativas para facilitar a cooperação com os países vizinhos;
- ✓ SOLICITA que os perímetros das zonas de cooperação no quadro dos programas INTERREG possam ser alargados, para as RUP que o desejem, para favorecer a sua verdadeira inserção regional.

\*\*\*

Num mundo em evolução e confrontado com múltiplas crises, a Conferência dos Presidentes das RUP compreende, mais que nunca, a necessidade de tomar consciência das características específicas das suas regiões a fim de continuar a progredir rumo a uma União Europeia respeitadora e plenamente sensível às suas realidades territoriais.

Recorrer ao artigo 349.º do TFUE no âmbito da conceção do orçamento plurianual da União Europeia e da reforma das políticas europeias deve constituir um imperativo para conduzir a respostas adequadas às necessidades das populações das Regiões Ultraperiféricas.



**AÇORES**

**CANÁRIAS**

**GUADALUPE**

**GUIANA**

LECHAT-VEGA

**MADEIRA**

**MARTINICA**

**MAIOTE**

**REUNIÃO**

**SAINT-MARTIN**